A implementação do regulamento nº 7 de educação física no Brasil

http://dx.doi.org/10.11606/1807-5509201800030379

Kauê Fabiano da Silva QUEIROZ*
Karina CANCELLA**

*Laboratório Théodile-CIREL, Universidade de Lille, Lille, França.
**Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo

Apresenta-se um estudo histórico sobre a constituição de uma obra publicada no Brasil na década de 1930 como guia oficial de treinamento dos corpos de tropa: o Regulamento N.º 7 de Educação Física – Método Francês. Ao destacar esta obra como objeto de estudo, tem-se por objetivo empreender análises históricas sobre o processo de implementação do Regulamento N.º 7, apontando os seus principais pressupostos metodológicos a fim de desvelar as bases sobre as quais foi constituído no contexto brasileiro. Ao mesmo tempo, o trabalho procurou compreendê-lo a partir dos interesses políticos e comerciais que o ressignificaram durante o período abordado. O corpus documental selecionado para a pesquisa é composto pelo Regulamento N.º 7 de Educação Física e sua versão original em francês – *Règlement Général d'*Éducation Physique –, e também por fontes complementares, analisados segundo os seguintes critérios: organização e seleção do material a ser observado, descrição aprofundada do corpus das fontes, busca do referencial teórico e interpretação do material para desvendar os conteúdos mais expressivos. A título de conclusão, destaca-se que a implementação dessa obra no Brasil foi fundamentada sobre um discurso nacionalista, inspirado em modelos europeus de civilidade e modernidade, e com o objetivo de unificar o método de educação física no país.

Palavras-chave: História da educação física; Educação física e treinamento; Ginástica; Militares.

Introdução

A Europa de fins do século XIX e início do século XX prestou importantes contribuições ao mundo ocidental com novas propostas em diferentes campos como economia, indústria, saúde e educação a partir do pensamento de diversos intelectuais. Nesse contexto de mudanças, identifica-se uma intensificação das preocupações com o processo de preparação do corpo dos indivíduos com diferentes perspectivas e objetivos. Para a efetiva implementação dessas novas concepções sobre o corpo, alguns países europeus, especialmente Alemanha, Suécia, França e Inglaterra, desenvolveram métodos de treinamento que ficaram conhecidos como escolas ginásticas ou métodos ginásticos. Para Soares[1], esses quatro métodos guardavam semelhanças no que se referia aos discursos de defesa de suas práticas, dentre os quais destacam-se a regeneração da raça; a promoção da saúde; o desenvolvimento da coragem, da força e da moral; e o fortalecimento do papel da mulher como perpetuadora da raça.

Essas novas propostas de preparação do corpo garantiram maior abrangência no Brasil nas décadas iniciais do século XX e receberam apoio de diferentes grupos da sociedade e de instituições. No entanto, ainda no século XIX, o Exército Brasileiro havia traduzido para o português o "Novo guia para o ensino da ginástica nas escolas públicas da Prússia" e passou a adotar seus pressupostos no processo de treinamento físico de seus militares[2]. Ao longo das primeiras décadas do século XX, os métodos sueco, francês e o modelo esportivo inglês também passaram a ganhar mais destaque nas discussões sobre a Educação Física[a] no Brasil. Na Marinha do Brasil, por exemplo, defendia-se a adoção do método sueco de ginástica nas escolas de formação de praças e oficiais. O esporte também já garantia importantes espaços na sociedade brasileira nesse período, assim como a ginástica francesa que também já era defendida como um excelente modelo de educação física[3].

Nessas primeiras décadas do novecentos, observava-se uma multiplicidade de influências no campo da Educação Física, como apresentado acima. A formação dos profissionais que atuariam lecionando essa disciplina nas escolas em âmbito civil e militar também se tornou um ponto de discussões naquele momento. Passou-se a perceber a necessidade de fundação de escolas especializadas para a formação e treinamento dos professores e monitores. Em 1910, foi fundada a primeira Escola de Educação Física no Brasil na Força Pública de São Paulo sob influências de uma Missão Militar Francesa que atuava junto à instituição desde 1906. Na década seguinte, o Exército Brasileiro e a Marinha do Brasil fundaram as suas escolas de Educação Física com objetivos de formar monitores civis e militares para atuação em seus quartéis, bem como em escolas civis. Ao longo das décadas seguintes, registra-se o surgimento das escolas de Educação Física em universidades em diferentes regiões do país[3].

No entanto, mesmo com a criação dessas escolas, ainda não havia uma perspectiva única sobre as metodologias a serem adotadas. No interior do Exército Brasileiro, por exemplo, até o final da Primeira Grande Guerra, havia uma associação de concepções alemãs e francesas no processo de preparação militar e uma intensa disputa interna a respeito de qual desses países seria o convidado para representar uma Missão Militar no Brasil com o objetivo de implementar um processo de reestruturação da instituição. Com o resultado final dos conflitos da Primeira Guerra, optou-se por manter os laços com a França e, em 1919, um grupo de militares chegou ao Brasil para estabelecer uma Missão Militar Francesa que alteraria profundamente a estrutura do Exército Brasileiro, inclusive no que se referia ao treinamento físico das tropas[4].

Dentre as inúmeras ações realizadas por essa Missão, a fundação do Centro Militar de Educação Física no Exército Brasileiro, que posteriormente teria o seu nome alterado para Escola de Educação Física do Exército, e a adoção do Método Francês como o seu método oficial a partir da década de 1920, são as mais relevantes para este trabalho. Para estruturar o processo de difusão do método, foi estabelecido em 1932 o Regulamento N.º 7 de Educação Física, traduzido do livro francês intitulado *Règlement Général d'Éducation Physique* – Méthode Française, com o objetivo de torná-lo o guia oficial das tropas brasileiras.

A obra foi publicada em dois volumes durante década de 1930 e recebeu atenção de pesquisadores da História da Educação Física brasileira, sobretudo como importante fonte para compreender as tramas estabelecidas entre a adoção do Método Francês, sua relação com a instituição escolar e a educação física militar. Dentre eles, se faz necessário citar: o trabalho de Goellner[5], no qual a autora defende a proposição de que o Método Francês, por meio do modo como se desenvolveu no Brasil, foi utilizado com a mesma orientação tanto na caserna como na escola; o trabalho de Ferreira Neto[6], que teve por objetivo investigar o desenvolvimento de uma teoria pedagógica militar para o ensino da Educação Física nas escolas brasileiras, no recorte temporal de 1880 a 1950; as considerações de Soares[1-7], ao abordar o surgimento de uma classe burguesa do século XIX e a Educação Física como expressão física da sociedade do capital, e ainda, as contribuições de Francisco Amoros e Georges Demeny para o desenvolvimento do Método Francês; e destaca-se também a tese de Linhales[8] ao investigar os projetos culturais da ABE – Associação Brasileira de Educação – para discorrer sobre o lugar do esporte na escola e ao propor uma "desmontagem" de fontes históricas, incluindo o Regulamento N.º 7.

Os trabalhos citados reforçam o importante papel da pesquisa histórica na Educação Física, ao descobrir novos elementos sobre um contexto e possibilitar novos olhares sobre um mesmo objeto. Entretanto, não foram encontradas pesquisas que contemplem o Regulamento N.º 7 de Educação Física como temática privilegiada ou como objeto específico de estudo. Assim, o objetivo desse artigo é empreender análises sobre o processo de implementação do Regulamento N.º 7, apontando os seus principais pressupostos metodológicos a fim de desvelar as bases sobre as quais foi efetivado no contexto brasileiro.

Método

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa histórica com foco em descrever e problematizar o processo de implementação do Regulamento Nº 7 no Brasil por meio da realização de análises críticas de fontes primárias das categorias documentais e impressas[9,10]. O *corpus* documental selecionado foi composto pelo Regulamento N.º 7 de Educação Física,

obra em dois volumes[11,12], bem como por sua versão original em francês – *Règlement Général d'Éducation Physique* –, em três volumes[13,14,15,] e por fontes complementares: a Revista de Educação Física do Exército, divulgadora da Escola Militar, onde primeiramente foi apresentado o Regulamento N.º 7 como guia de treinamento; algumas publicações de Inezil Penna Marinho; o livro "Histórico da Educação Física", da autoria dos 1os Tenentes do Exército[16], que serviu de base para diversos estudos posteriores sobre a Educação Física na França e no Brasil de início do século XX; o "Fichário dos Instrutores de Educação Física"[17], que abordou os modelos de aplicação do Método Francês para os corpos de tropa; o livro "Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física realizado pela divisão de Educação Física", publicado pelo Ministério da Educação e Saúde[18], sobre a adoção do Regulamento N.º 7 no Brasil e a busca pela elaboração de um Método de educação física Nacional a partir de 1942; por fim, os decretos que oficialmente legitimaram o Método Francês e o Regulamento N.º 7 no Brasil.

Os critérios para análise das fontes foram divididos em: organização e seleção do material a ser observado, priorizando a sua relevância para a pesquisa; descrição aprofundada do corpus das fontes e busca do referencial teórico; e, interpretação do material para desvendar os conteúdos mais expressivos para as discussões deste trabalho.

Resultados e discussão

Do *Règlément général d'Education Physique* ao Regulamento N.º 7 de Educação Física

O caminho percorrido desde a elaboração do Regulamento Geral de Educação Física na França até a sua implementação e tradução no Brasil é permeado por aproximações e distanciamentos, identificações e convergências com o contexto europeu de início do século XX e com o panorama político e social do Brasil nas décadas de 1920 a 1940.

O primeiro volume do Regulamento em francês apresenta como justificativa para o desenvolvimento do método a influência das experiências de combate e os avanços da fisiologia. Fica claro o desenvolvimento de um método de educação física para os corpos de tropa influenciado, sobretudo, pela Primeira Guerra Mundial:

> Les nombreuses expériences d'avant-guerre, les méthodes appliquées pendant la guerre à la préparation physique rapide dês jeunes classes, les résultats obtenus depuis l'armistice par la diffusion de l'Éducation physique et dês sports, les progrès réalisés par la Physiologie appliquée aux exercises du corps ont souligné la necessite d'établir une méthode générale d'Éducation physique applicable à tous les Français, sans distinction d'âge ni de sexe, et adaptée au tempérament national.
> Riche dês expériences du passe, en parfaite concordance avec les découvertes scientifiques les plus recentes, la Méthode Française répond actuellement à ces différentes necessites parce qu'elle continue la tradition dês Maîtres de l'École Française et poursuit dans son évolution le perfectionnement de la raceb (p. 5)[13].

Já no Brasil, foi aprovado em 1932, a tradução da 1ª e 3ª partes do Método de Educação Física francês, justificada pela falta de um guia orientador para as tropas brasileiras, visando, no entanto, à construção de um método com características nacionais. O Decreto n. 21.324 de 1932 revela apenas a aprovação da 1ª e 3ª partes do Regulamento, deixando de lado a 2ª parte que abordava o desenvolvimento de atividades esportivas.

> O chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil resolve aprovar o Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes), que com êste baixa, assinado pelo general de divisão José Fernandes Leite de Castro, ministro de Estado da Guerra.
> Rio de Janeiro, 27 de Abril de 1932, 111º da Independência e 44º da República.
> Getulio Vargas. José Fernandes Leite de Castro[19].

Embora a obra tenha recebido o título de "Regulamento n. 7 de Educação Física", ela também era conhecida como "Regulamento de Educação Física" e "Regulamento Geral de Educação Física".

O preâmbulo da primeira parte da edição brasileira deixou claro a adoção do Regulamento Geral de Educação Física para os corpos de tropa e estabelecimentos militares. A justificativa apresentada

para a escolha desse método afirmava que ele apresentava as melhores condições de adaptação ao caso brasileiro:

> Adotando o método preconizado pela E.S.E.F. de Joinvile-le-Pont e praticando-o a vários anos procura a Escola de Educação Física do Exército fazer a sua adaptação ao elemento nacional, por isso que esse é o método, que em suas características científicas, apresenta as maiores probabilidades de perfeita adaptação ao nosso caso particular (p. 5)[11].

Antes mesmo de sua aprovação, os 1os Tenentes do Exército salientaram que o Método Francês:

> […] se propõe a resolver o problema da educação física integral, ora em estudos no Centro [Centro Militar de Educação Física do Rio de Janeiro], não deve ser considerado invenção recente; não é o esforço de um cerebro e nem tão pouco de uma instituição. Ele representa mais de um século de contínuos e pertinazes estudos através a ciência, quer no domínio analítico das leis da mecânica animal, quer no terreno da fisiologia aplicada ou ainda nas observações de caráter pratico realizadas sobre o terreno e com o auxilio da cinematografia (p. 181)[16].

Como foi possível perceber nos recortes de fontes supracitados, a adoção do método francês no Exército Brasileiro tinha como foco principal resolver uma problemática no processo de treinamento físico do pessoal que já era temática presente nos debates ministeriais desde fins do século XIX. Além disso, o referido Regulamento serviria como base para a criação de um método nacional de educação física. No próximo item, serão discutidas as efetivas influências da Missão Militar Francesa para a implementação do Regulamento Nº 7 no Brasil e os desdobramentos de suas ações na estrutura do Exército Brasileiro.

A Missão Militar Francesa no Brasil

A justificativa apresentada no preâmbulo da 1ª parte do Regulamento N.º 7 para adoção do método traz uma afirmação que merece atenção: a perfeita adaptação do Método Francês às características brasileiras. O Regulamento Geral de Educação Física francês foi construído sob um forte discurso nacionalista pós Primeira Guerra e buscou contemplar as características da nação francesa para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, questiona-se: quais foram os interesses pela publicação do Regulamento N.º 7 de Educação Física no Brasil? Por que o Método Francês apresentava as maiores probabilidades de "perfeita adaptação" aos brasileiros? Quais eram os elementos que permitiam fazer tal correspondência?

A ginástica francesa chegou ao Brasil em 1906 através da primeira Missão Militar Francesa. A Missão tinha por objetivo ministrar instrução militar à Força Pública do Estado de São Paulo, onde estabeleceu uma Sala de Armas, que anos mais tarde originou a Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo. Nesse período, os métodos ginásticos alemão e sueco eram os que recebiam destaque no país. A influência dos métodos ginásticos dos países europeus, no fim do regime imperial e no desenvolvimento da Primeira República, deu-se na medida de sintonização do Brasil com a Europa, na tentativa de dar ao país uma imagem diferente do período colonial, uma imagem dita "civilizada" de acordo com os discursos da época[1].

Após a Primeira Guerra Mundial, o Exército Brasileiro buscava uma modernização de seus métodos e, sob o comando do Ministro da Guerra General Alberto Cardoso de Aguiar, resolveu-se contratar uma nova Missão Militar Francesa.

O Exército francês fora vitorioso na Guerra e apresentava, segundo algumas concepções da época, as mais avançadas técnicas para o desenvolvimento do *physico* de seus soldados. Além disso, o Brasil tinha ficado do lado francês durante o conflito. Com esses argumentos, os franceses foram escolhidos para representar a nova Missão Militar, que tinha por objetivo modernizar e aperfeiçoar o Exército Brasileiro. Segundo Horta[20], o governo também atribuiu à Missão Militar Francesa a função política de afastar os jovens oficiais das disputas partidárias. A formação do Exército Brasileiro deveria ser "apolítica" e, segundo os pensamentos governamentais da época, ninguém melhor que os franceses para discipliná-lo e para fazê-lo um instrumento nas mãos dos governantes.

Quando chegou ao Brasil em 1919, a Missão era chefiada pelo General Maurice Gamelin e composta por mais 20 oficiais. Ela permaneceu no país até 1937 e alterou significativamente a estrutura do Exército Brasileiro nas décadas de 20 e 30[4].

Durante a permanência da Missão Francesa no Brasil, o Exército enviou os oficiais que se destacavam nos cursos de formação para se aperfeiçoarem na França, caso do Major Raul Vasconcelos, que foi o

primeiro oficial brasileiro com curso da Escola de Joinville-le-Pont[21].

Apesar do grande apoio e dos argumentos em favor da Missão, seus primeiros anos de atividade não foram marcados por plena tranquilidade e acordo entre os militares franceses e brasileiros. O general francês Maurice Gamelin, por exemplo, reclamava frequentemente do ministro da guerra brasileiro "[...] que não tem nenhum valor militar, desinteressa-se cada vez mais daquelas que deveriam ser as suas verdadeiras ocupações, deixando-se levar por objetivos políticos" (p. 16)[20]. Mesmo com os resultados inicialmente abaixo do esperado nos primeiros anos da Missão no Brasil, ela implantou até o final da sua permanência um novo método de raciocínio para a solução de questões táticas e para o estudo de problemas militares. Foi graças à Missão Francesa que a 1ª e a 3ª partes do *Règlement Général d'Éducation Physique* chegaram ao Brasil.

Entretanto, o Regulamento de Educação Física não foi implementado no Exército Brasileiro logo após a sua divulgação pela Missão Militar. O major francês Raymond Dumay, em carta ao chefe da Missão Militar Francesa, denunciou que o Ministério da Guerra brasileiro não tinha se pronunciado sobre a questão desde que a 1ª parte do Regulamento lhe tinha sido apresentada em 1922: "A cette date [Junho de 1922] la 1ère partie du Règlement Général d'Éducation physique a été envoyée au Cabinet du Ministre de la Guerre, aucune réponse n'est encore parvenue à la Mission Militaire Française le 2 avril 1925"c (p. 4)22.

Mesmo sem o pronunciamento oficial do Ministério da Guerra sobre a 1ª parte do Regulamento Geral, a instrução física para corpos de tropa baseada no modelo francês foi oficialmente adotada pelo Decreto n. 14.784, de 27 de abril de 1921: "O Regulamento de Instrução Física Militar destinado a tôdas as armas, e calcado no método de Hébert, adaptadas as teorias de Joinville"(p. 667)23. É interessante destacar que este Decreto não oficializou a ginástica francesa, ou o Método Francês no Brasil, e sim o "Regulamento de Instrução Física Militar" adaptado das teorias desenvolvidas em Joinville-le-Pont. A historiografia da Educação Física brasileira tem afirmado que este evento marcou a oficialização do Método Francês no Brasil. Contudo, tinha sido aprovado, na verdade, uma instrução física militar que se baseava nos estudos desenvolvidos no centro militar de Paris. Nesse período, a Missão Militar Francesa no Brasil ainda encontrava resistências e a 1ª parte do Regulamento Geral não tinha sido traduzida e muito menos implementada.

O regulamento a que se refere o Decreto n. 14.784 dava detalhes apenas da sua origem, baseada nos métodos preconizados na França para preparação física dos soldados. Ele não oficializou a adoção do Método Francês e uma afirmação positiva nesse sentido se torna excessivamente interpretativa: "O presente regulamento baseia-se nas leis physiologicas que regulam o crescimento e o desenvolvimento do homem e nos methodos preconizados em França para a preparação physica dos soldados" (p. 667)[23].

O regulamento aprovado pelo Decreto também apresentou na íntegra todos os fundamentos da Instrução Física Militar, argumentando que eram simples e acessíveis:

> O presente regulamento tem por fim indicar um methodo geral, simples e acessível a todos, cujos processos assás variados e flexíveis são adaptados a todas as constituições.
> Compreende duas partes: a) Primeira parte: Instrucção physica e militar. b) Segunda parte: Adaptação às especialidades (p. 669)[23].

Outro argumento permite defender a compreensão segundo a qual o processo de oficialização do Método Francês foi mais complexo do que a simples publicação do Decreto de 1921. Precisamente, a Missão Militar Francesa teve acesso ao Centro Militar de Educação Física no Rio de Janeiro somente em 1924, lugar onde ela exerceu maior influência sobre o Exército Brasileiro e onde o Método Francês foi efetivamente colocado em prática.

O Centro Militar de Educação Física – C.M.E.F. – foi criado em 10 de janeiro de 1922 por uma portaria baixada pelo Ministério da Guerra, cujo ministro na época era Pandiá Calógeras. A portaria estabelecia:

> 1.º – O Centro Militar de Educação Física destina-se a dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física militar e suas aplicações desportivas.
> 2.º – A instrução no C.M.E.F. compreende três cursos:
> a) curso de educação física para oficiais (1.ºs e 2.ºs tenentes);
> b) curso de educação física para sargentos (1.ºs, 2.ºs e 3.ºs sargentos dos corpos de tropa);
> c) curso de demonstração para oficiais (capitães, majores e tenentes-coronéis).

> O curso de instrutores e monitores será dirigido por um oficial da Missão Militar Francesa, auxiliado por dois oficiais brasileiros conhecedores do novo método de educação física indicados pelo Estado Maior do Exército (p. 7-8)[24].

Porém, o C.M.E.F. não entrou imediatamente em funcionamento, o que veio ocorrer apenas algum tempo mais tarde, conforme afirmam Accioly e Marinho: "As circunstâncias, entretanto, não permitiram, apesar da máxima boa vontade de todos, inclusive do Ministro Pandiá Calógeras, que o centro se instalasse, o que só veio ser feito mais tarde, quando entrou em funcionamento o Curso Provisório de Educação Física" (p. 171)[24].

O Regulamento Geral de Educação Física francês não tinha recebido, até então, atenção do Ministério da Guerra e no ano de 1926, este mesmo Ministério publicou o "Manual de Instrucção Physica" de autoria do Capitão João Barbosa Leite e do Tenente Jair Dantas Ribeiro, instrutores de educação física na Escola de Sargentos de Infantaria[22].

O manual publicado, todavia, era uma tentativa de preencher as lacunas da Instrução Física Militar aprovada pelo Decreto 14.784 de 1921 e como os próprios autores salientaram, o livro não era, senão, uma adaptação do *Projet de Règlement Général d'Éducation Physique:*

> Com a publicação deste trabalho, que nenhuma originalidade possue, pretendemos facilitar apenas a difficil tarefa dos camaradas que, forçados a ministrar instrucção physica militar, muitas vezes se encontram deante de embaraços que se lhes afiguram insuperáveis, não sómente por falta de perfeito conhecimento desse assumpto cujo interesse sómente agora vae sendo despertado entre nós, mas ainda, porque, quasi sempre, a única fonte de ensinamentos que encontram, ao alcance, é o nosso regulamento. […]
>
> E, com a preocupação constante de não desvirtuar o methodo, procuramos completar o nosso R. I. Ph. M. [Regulamento de Instrucção Physica Militar], na parte da instrucção physica propriamente dita, inspirados no regulamento francez, do qual traduzimos tudo o que julgamos adaptável; no "Methodo Francez de Educação Physica", excellente trabalho de Bellefon e Marul; no "Manual Scientifico de Educação Physica", do Dr. Boigey; em conferencia do capitão Dr. Prado Jacques, sobre "fadigas muscular e nervosa"; em algumas publicações do curso da Escola de Joinville e manuaes de athletismo e jogos desportivos publicados no Rio e em S. Paulo (p. 5-6)[22].

O livro mostrou a tendência que o Centro Militar de Educação Física começava a seguir e também revelou indícios de abertura do Exército Brasileiro para que o Regulamento N.º 7 pudesse ser implementado.

A aprovação do Regulamento N.º 7 no Governo Getulista

Um importante episódio da história do Brasil que marcou o desenvolvimento das doutrinas do Exército Brasileiro e também o desenvolvimento da Educação Física, foi a Revolução de 1930. Ela pôs fim à Primeira República (1889-1930) e também acabou com a hegemonia da burguesia do café, já que após o fim do Império o controle político e econômico do país estava nas mãos dos fazendeiros, mesmo as atividades urbanas sendo o setor mais dinâmico da sociedade.

No governo de Getúlio Vargas, a educação recebeu lugar de destaque e também uma nova concepção. Para Horta[20], a educação nesse período passou de "problema nacional" a "problema de segurança nacional" e, com isso, cresceu o interesse dos setores militares pelo sistema educativo. Durante o seu governo, Getúlio criou o Ministério da Instrução e Saúde Pública, cujo objetivo seria o saneamento moral e físico da população. Com o acontecimento, Horta salienta que "a ligação entre educação e saúde traduzir-se-á por uma ênfase cada vez maior na educação física, inicialmente voltada para o desenvolvimento físico e individual e logo relacionada com o fortalecimento da raça" (p. 2)[20].

A partir da Revolução de 1930, foi destacada a ideologia de um projeto político-militar para a sociedade civil. O general do Exército, Góes Monteiro, afirmava que "não pode existir Exército disciplinado dentro de uma nação indisciplinada" (p. 20)[20]. Para Goellner (p. 135)[5], o governo Getulista buscou a "unidade nacional", o "estado nacional", o desenvolvimento de um "homem brasileiro" e de uma "raça brasileira".

Em 1928, um pouco antes da Revolução, o Major Pierre Segúr, da Missão Militar Francesa, assumiu a direção do C.M.E.F. O papel exercido pelo Major foi decisivo para que o Regulamento N.º 7 viesse a ser publicado. Naquele momento, iniciou-se a tradução da 1ª parte do Regulamento Geral de

Educação Física Francês sob a responsabilidade do tenente Antonio de Mendonça Molina, professor de História da Educação Física no Centro Militar[6].

Em 1930, uma portaria baixada pelo Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, Nestor Sezefredo Passos, fixava que "O método de educação física a adotar no Centro Militar de Educação Física será aquele expresso no Regulamento Geral de Educação Física" (p. 9)[18].

Com a tradução do Regulamento Geral de Educação Física e a sua adoção oficial pelo Centro Militar, o chefe do Governo Provisório do Brasil, Getúlio Vargas, aprovou o Decreto n. 21.324, de 27 de Abril de 1932 que oficializava a implementação do Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes). Este decreto ia ao encontro dos interesses do Governo Provisório, pois, como destaca Horta[20], a política militar do período era de preparação para a guerra. Para concretizar esse ideal, também era necessário intervir em todos os setores da vida nacional, o que contribuiu à adoção do Regulamento não apenas no âmbito militar, mas, sobretudo, em âmbito nacional.

Amarílio Ferreira Neto ao abordar o texto do preâmbulo do Regulamento N.º 7, afirmou que essa obra "[…] foi pensada, traduzida e implementada na tropa, constantemente pesquisada em suas bases e efeitos, o que possibilitaria os devidos ajustes ou 'adaptações ao elemento nacional'" (p. 59)[6]. Contudo, o Regulamento foi trazido ao Brasil pela Missão Militar Francesa e até o ano de 1925 se encontrava esquecido no gabinete do Ministério da Guerra, como salientou o Major Dumay. Apenas com a presença do Major Pierre Sejur no comando da C.M.E.F. que o método foi traduzido para o português e incorporado ao Exército. Além disso, a afirmação segundo a qual o Regulamento possuía ajustes e adaptações ao elemento nacional é passível de discussão, pois em nada a tradução em português se diferiu do original em francês, quando comparadas as versões nas duas línguas. A versão brasileira foi, na verdade, literalmente traduzida do original em francês.

Ferreira Neto[6] também argumenta que até ser definido qual o método a assumir no Brasil, muito foi debatido e estudado, sobretudo através das publicações da Revista de Educação Física do Exército. Entretanto, as matérias apontadas pelo autor são todas posteriores à data da adoção oficial do Regulamento N.º 7 e também posteriores à portaria de 1930, que oficializava o uso do Regulamento Geral de Educação Física Francês no C.M.E.F. Essas matérias colocavam em discussão a criação de um método de educação física nacional e a adoção do Método Francês e do Regulamento N.º 7, todavia, elas não contribuíram para o que o culminou no Decreto 21.324 de 1932.

Em outubro de 1933, o C.M.E.F. foi transformado em Escola de Educação Física do Exército. O principal objetivo dessa mudança era ensinar o método de educação física que acabara de ser aprovado. A Escola de Educação Física do Exército deveria ainda preparar instrutores e monitores para os estabelecimentos militares e também capacitar aqueles que eram recrutados no meio civil para fins não militares. O artigo 2º do Decreto prescrevia "A Escola terá por objetivos: a) proporcionar o ensino do método de educação física regulamentar; b) orientar e difundir a aplicação do método [Regulamento N.º 7 de Educação aprovado em 1932]" (p. 10)18.

A partir dessa mudança, o Regulamento N.º 7 de Educação Física se firmou como a base para o treinamento e formação dos corpos de tropa no Brasil e se caracterizou como um "elemento nacional".

Entre críticas e defesas

Ainda que o Regulamento N.º 7 tenha sido aprovado e adotado oficialmente durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas e tenha ido ao encontro dos objetivos políticos desse período, ele não obteve um reconhecimento unânime em território nacional. Pelo contrário, críticas sobre o método adotado também surgiram.

Linhales[8], ao discorrer sobre a crítica da seção de Educação Física da A.B.E. – Associação Brasileira de Educação – ao anteprojeto de Educação Física escrito pelo Ministério da Guerra em 1930 ao Congresso Nacional, afirma que foram denunciadas 4 falhas neste último documento, dentre elas a proposta feita por "um organismo burocrático da União" para adotar um único método – Método Francês – em todo o país, com o objetivo de resolver um problema nacional da educação e da educação física.

Não obstante, a maior crítica ao método adotado por meio do Regulamento N.º 7 veio do intelectual Innezil Penna Marinho. Ele reconhecia a necessidade de um método nacional de educação física, porém esse método defendido por ele não poderia ser rígido, inflexível, sem adaptações, como o expresso no Regulamento N.º 7, mas sim "moldável às particularidades de cada região ou grupo social" (p. 11)[25]. Para Innezil, o Brasil era um país onde as diferenças sociais e raciais eram marcantes, e um método de educação física tinha que ter plasticidade e se adaptar a essas diferenças:

> O nosso método de educação física, para ser nacional, não apenas no título, mas no verdadeiro espírito da sua concepção, não poderá de forma alguma ser rígido e, para isso, encontramos a devida explicação nestas duas expressivas frases de Euclides da Cunha: "Não temos unidade de raça". E "Não há um tipo antropológico brasileiro". (p. 11)[25].

Em meio ao forte sentimentalismo patriota, Innezil também fez considerações sobre como deveria ser desenvolvido um método nacional de educação física, o qual, de acordo com sua definição, precisaria percorrer um caminho bem distinto daquele estabelecido para a adoção do Regulamento N.º 7:

> E o método nacional de educação física, que pretendemos, há de concorrer decisivamente para criar esse sentir comum, manifestado pela unidade de aspirações e sentimentos de milhões de brasileiros um único cidadão. Não poderá esse método sair dos gabinetes para ser aplicado nas instituições educacionais, mas nascerá das necessidades das instituições educacionais que os gabinetes sempre desconhecem, das exigências que a índole do nosso povo reclama, da conjugação dos esforços de todos que se dediquem ao estudo de tão transcendental problema, dos recursos totais que conseguirmos mobilizar. (p. 11)[25].

As oposições ao Regulamento Nº 7 de Educação Física surgiram, sobretudo, com a implementação oficial do método em todas as Escolas de Educação Física do Exército e também em estabelecimentos de ensino civil.

Para contribuir com a difusão do Regulamento N.º 7 de Educação Física por todo o território nacional, a Revista de Educação Física, editada pelo C.M.E.F., apresentou, em várias edições, matérias escritas pelos tenentes, capitães e majores do Exército em defesa do método adotado, por exemplo nos artigos: *A defesa de Georges Demeny: insincero ou não?*[26]; *O método francês na policia especial*[27]*; Um problema da máxima importância para a nossa nacionalidade*[28]; *Estilização do método francês*[29]; *O exame médico na educação física da criança, pelo método francês*[30]; *Impressões sobre o ensino da Escola de Joinville-le-Pont*[31]. Ela também comercializou a obra, que recebeu vários anúncios de venda nas edições da década de 1930.

O regulamento nº 7 para o Brasil

Conforme elucidado até aqui, o Regulamento N.º 7 de Educação Física passou por um longo caminho no Brasil, desde a apresentação pela Missão Militar Francesa, passando pela oficialização durante o governo de Getúlio Vargas e também por uma ampla divulgação por meio das Escolas de Educação Física do Exército e da Revista de Educação Física.

A busca pelo nacionalismo, pelo elemento étnico, nos anos que precederam a implementação do Regulamento N.º 7 de Educação Física no Brasil e até a década durante a qual ele foi oficialmente adotado, refletia os ideais europeus de início do século XX sobre o aperfeiçoamento da raça e fortalecimento da nação. Hobsbawm esclarece que "[…] o que trouxe a 'raça' e a 'nação' mais perto ainda foi a prática de usá-las como sinônimos possíveis, generalizando, de modo igualmente inexato, o caráter 'racial/nacional' […]" (p. 132)[32]. É importante lembrar que no início do século XX o Brasil ainda tinha os princípios de se distanciar da imagem do regime imperial e para isso a formação do Estado Republicano buscava uma imagem civilizada, moderna, tendo o continente europeu como a melhor referência.

O Regulamento N.º 7 foi implementado no Brasil não apenas com a justificativa de ser um guia orientador para os corpos de tropa, visto que o Exército Brasileiro buscava uma modernização de seus métodos, mas, sobretudo, tendo como base um forte discurso nacionalista. O contexto brasileiro na década de 1930 não se distanciou dos ideais do contexto francês pós Primeira Guerra Mundial, quando foi finalizada a obra na escola de Joinville-Le-Pont. A França, naquele período, defendia a modernização de seu Exército, por meio de um método de educação física científico. O Brasil se espelhou nessa nação para o aperfeiçoamento dos corpos de tropa e dos corpos civis.

A questão da adoção de um método estrangeiro para o desenvolvimento da nacionalidade brasileira soa contraditória. Esse ponto de vista não é equivocado, pois os defensores pela adoção do Regulamento N.º 7 de Educação Física no Brasil reconheciam que o Método não era nacional e que poderiam assim ser encontradas dificuldades na sua aplicação entre os brasileiros. Contudo, eles afirmavam que o Método desenvolvido para os corpos franceses apresentava características científicas de perfeita adaptação às necessidades brasileiras e tinha como

finalidade o desenvolvimento de um método caracteristicamente nacional.

> Não sendo, pois, um regulamento nacional, a sua aplicação irá encontrar certas dificuldades que a Escola de Educação Física do Exército na medida de suas possibilidades e com a pratica já adquirida procurará remover respondendo ás condutas que lhe forem feitas e publicando em anexos as doutrinas que for colhendo.
> […] Adotando o método preconizado pela E.S.E.F. de Joinvile-le-Pont e praticando-o a vários anos procura a Escola de Educação Física do Exército fazer a sua adaptação ao elemento nacional, por isso que esse é o metodo, que em suas características científicas, apresenta as maiores probabilidades de perfeita adaptação ao nosso caso particular. Permitir-nos á em breve prazo, estabelecer um metodo caracteristicamente nacional. Só a pratica meticulosa do metodo francês favorecerá a obtenção do fim colimado pela E.E.F.E. (p. 5)[11].

Nesse enredo, pode-se observar que o "elemento nacional" constituía a base do discurso a favor do Regulamento N.º 7. O Governo de Getúlio Vargas, responsável pela adoção da obra, tinha por objetivo uma política de preparação para a guerra[18] e essa preparação deveria envolver o contexto nacional. Além disso, foi importante para esse governante formar um Estado Nacional a partir de uma "raça" brasileira produtiva e disciplinada.

O Regulamento Geral de Educação Física foi constituído na França como um Método para preparar a nação para a guerra, por isso não é difícil compreender o porquê de a obra ter recebido total e oficial aceitação pelo Governo Getulista. Os interesses políticos também formaram a base da constituição do objeto no Brasil.

O paradoxo da adoção do Regulamento N.º 7 de Educação Física aparece mais uma vez. A justificativa de que o Método apresentava as características para perfeita adaptação ao caso nacional nos leva a pensar que o povo brasileiro, ou ainda os corpos brasileiros, possuíam exatamente as mesmas características biológicas, culturais e sociais dos corpos franceses, para os quais o Método foi criado. Todavia, essa não era a realidade da população brasileira, pois ela apresentava um alto índice de miscigenação. Esse é um elemento profundamente complexo, pois a nação francesa também apresentava características de miscigenação, observadas nas relações estabelecidas com os imigrantes que se refugiavam vindos das colônias africanas. Ou seja, o Método Francês foi idealizado para uma determinada parte do povo francês. Salienta-se, assim, a necessidade de aprofundar os estudos que investigam a construção da obra na França, levando-se em consideração os interesses que a permearam, bem como os seus princípios eugênicos.

Logo, a perfeita adaptação do Método Francês ao caso nacional nos permite indagar: perfeita adaptação de acordo com interesse de quem? Qual era essa nação brasileira apontada nas páginas do Regulamento N.º 7 de Educação Física?

Pode-se propor que essa justificativa tinha como argumento principal a consolidação de uma identidade nacional brasileira, mantendo, contudo, a inspiração em modelos europeus de civilidade e modernidade. A tentativa de unificar o método de educação física no Brasil por meio do Regulamento N.º 7 francês se consolida como uma evidência desse ideal.

Abstract

The implementation of regulation n° 7 of physical education in Brazil

This paper is a presentation of an historical research about a work published in Brazil on 1930's and used as official guide for military corps: the Regulation n° 7 of Physical Education – French Method. The main goal of this paper is to study the historical implementation of Regulation n° 7, listing its main methodological points to try to understand in which bases it was built in the Brazilian context, considering, in the same time, the political and commercial contemporary interests which gave another meaning for this regulation during the studied period. The chosen corpus is compound of Regulation n° 7 of Physical Education and its original version in French – Règlement Général d'Éducation Physique –, and also by complementary bibliography. The corpus was analyzed according to the following criteria: organization and selection of the studied corpus, deep description of selected references, research of the references and interpretation of selected bibliography to find the most expressive contents. In the conclusion, it's clear that the implementation

of this resolution in Brazil was based on nationalist discourse, inspired by European models of civility and modernity, with the aim of unifying the method of physical education in the country.

Keywords: History of physical education; Physical education and training; Gymnastics; Military personnel.

Notas

a. O termo Educação Física com iniciais maiúsculas é usado neste artigo para se referir a uma área de conhecimento com bases históricas na medicina, na biologia, no militarismo e nos métodos ginásticos, e ainda como uma disciplina escolar. Já a utilização do termo educação física com iniciais minúsculas, referir-se-á a uma preparação do corpo, uma preparação orgânica e biológica, ou seja, uma educação *physica*. Ainda, o termo Educação Física com iniciais maiúsculas sempre será utilizado quando for parte do título do objeto aqui estudado, "Regulamento N.º 7 de Educação Física".

b. As numerosas experiências anteriores a guerra, os métodos aplicados durante a guerra à preparação física rápida das jovens classes, os resultados obtidos desde o Armistício pela divulgação da Educação física e dos desportos, os progressos realizados pela Fisiologia aplicada aos exercícios do corpo destacaram a necessidade de estabelecer um método geral de Educação física aplicável a todos Franceses, sem distinção de idade nem de sexo, e adaptado ao temperamento nacional. Rico em experiências do passado, em perfeita concordância com as descobertas científicas mais recentes, o Método Francês trata atualmente destas diferentes necessidades porque ele segue a tradição dos Mestres da Escola Francesa e almeja na sua evolução o aperfeiçoamento da raça (tradução livre).

c. Nesta data [Junho de 1922] a 1ª parte do Regulamento Geral de Educação física foi enviada ao Gabinete do Ministro da Guerra, e ainda nenhuma resposta foi dada à Missão Militar Francesa em 2 de abril de 1925 (tradução livre).

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento via Bolsa de Doutorado no Brasil e Bolsa de Doutorado Pleno no exterior processo 142813/6.

Referências

1. Soares CL. Educação Física: raízes européias e Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados; 2007.
2. Silva CLB, Melo VA. Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a educação física no Brasil. Hist Cienc Saude Manguinhos. 2011;18(2):337-54.
3. Cancella K. O esporte e as Forças armadas na Primeira República: das atividades *gymnasticas* às participações em eventos esportivos internacionais (1890-1922). Rio de Janeiro: Bibliex; 2014.
4. Malan AS. Missão militar francesa junto ao Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Bibliex; 1988.
5. Goellner SV. O método francês e a educação física no Brasil: da caserna à escola [dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 1992.
6. Ferreira Neto A. A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950). Aracruz: Facha; 1999.
7. Soares CL. Imagens da educação no corpo. 3. ed. Campinas: Autores Associados; 2006.
8. Linhales MA. A escola, o esporte e a energização do caráter: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935) [tese]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2006.9. Calado SS, Ferreira SCR. Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. Lisboa: Defcul; 2005.
9. Calado SS, Ferreira SCR. Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. Lisboa: Defcul; 2005.
10. Pinsky CB. Fontes históricas. São Paulo: Contexto; 2006.
11. Brasil. Ministério da Guerra. Regulamento nº 7 de educação física: 1a. parte. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército; 1937.

12. Brasil. Ministério da Guerra. Regulamento nº 7 de educação física: 3a. parte. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército; 1937.
13. France. Ministère de la Guerre. Règlement général d'éducation physique: méthode française. Première partie. Paris: Editeurs Militaires; 1932.
14. France. Ministère de la Guerre. Règlement général d'éducation physique: méthode française. Deuxième partie. Paris: Editeurs Militaires; 1931.
15. France. Ministère de la Guerre. Règlement général d'Éducation physique: méthode française. Troisième partie. Paris: Editeurs Militaires; 1932.
16. Bonorio LL, Molina AM, Medeiros CM. Histórico da educação física. Vitoria: Imprensa Oficial; 1931.
17. Ramos JJ. Fichário dos instrutores de educação física. Rio de Janeiro: Papelaria Velho; 1937.
18. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Física. O inquérito sobre o método nacional de educação física: (contribuição ao método nacional de educação física). Rio de Janeiro: Tipografia Baptista de Souza; 1944.
19. Brasil. Câmara dos Deputados. Decreto nº 21.324, de 27 de abril de 1932. Aprova o Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes). Diário Oficial da União. 4 maio 1932;1:8530.
20. Horta JSB. O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; 1994.
21. Revista de Educação Física. 1934;18:34.
22. Leite BJ, Ribeiro DJ. Manual de instrução physica. Rio de Janeiro: Imprensa Militar; 1926.
23. Brasil. Congresso. Senado. Decreto n° 14.784, de 27 de abril de 1921. Regulamento a que se refere o decreto n.° 14.784, de 27 de abril de 1921. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil: abr. 1921;3:667-749.
24. Accioly AR, Marinho IP. História geral da educação física. Rio de Janeiro: Cia. Brasil; 1956.
25. Marinho IP. Método Nacional de Educação Física. Revista Educação Física. 1945;85:10-3.
26. Martins IG. A defesa de Georges Demeny: insincero ou não? Revista de Educação Física. 1932;2.
27. Castro L. O método francês na polícia especial. Revista de Educação Física. 1933;9:32-3.
28. Stoffel F. Um problema da máxima importância para a nossa nacionalidade. Revista de Educação Física. 1936;30:7-10.
29. Abade, IAO. Estilização do método francês. Revista de Educação Física. 1936;31:27-8.
30. Ramalho S. O exame médico na educação física da criança, pelo método francês. Revista de Educação Física. 1936;33.
31. Ramos JJ. Impressões sobre o ensino da Escola de Joinville-le-Pont. Revista de Educação Física. 1937;34:5-8.
32. Hosbawm EJ. Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2002.

ENDEREÇO
Kauê Fabiano da Silva Queiroz
Université de Lille
Laboratoire Théodile – CIREL
Domaine Universitaire du Pont de Bois
Rue du Barreau – BP 60149
59653 – Villeneuve d'Ascq Cedex – France
E-mail: kauefabiano@gmail.com

Submissão: 24/08/2015
1ª. Revisão: 27/04/2017
Aceito: 07/05/2018